

Senadores defendem diálogo como solução para dívidas dos estados

Lobão, Simon e Suplicy são a favor do entendimento. Heloísa Helena vê "falso recuo" de FHC. José Fogaça entende que receitas estaduais não se beneficiam da eventual revogação da Lei Kandir. E Hartung sugere *ranking* para devedores

ACM apóia redução do IPI de automóveis

A redução do IPI como forma de diminuir o preço dos automóveis, aumentar as vendas das montadoras e garantir empregos foi apoiada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele foi convidado pelo presidente da Fiat, Roberto Vedovato (foto), a participar da comemoração dos 100 anos da empresa, em Roma.



PÁGINA 2

A retomada do diálogo entre governadores de oposição e o governo federal foi saudada como positiva pelos senadores Pedro Simon e Edison Lobão. A necessidade de entendimento entre as partes também foi defendida por Eduardo Suplicy. Heloísa Helena considerou um "falso recuo" a proposta do presidente Fernando Henrique Cardoso de se reunir com todos os chefes de executivos estaduais. José Fogaça acha que os estados nada ganham com o fim da Lei Kandir. Paulo Hartung sugeriu um sistema de *ranking* para estados e municípios, com os riscos de cada um.

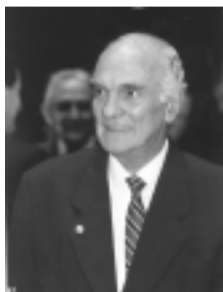
PÁGINAS 2 E 3



RIO DE JANEIRO

Saturnino pede debate de novo pacto federativo

O Senado tem posição estratégica para tratar dos assuntos da Federação. A afirmação é do senador Saturnino Braga (PSB), que pretende privilegiar, em seu retorno à Casa, um amplo debate sobre o endividamento dos estados e a reforma tributária, além de buscar soluções para a crise econômica do país.



RIO GRANDE DO SUL

Simon retoma projetos para reforma política

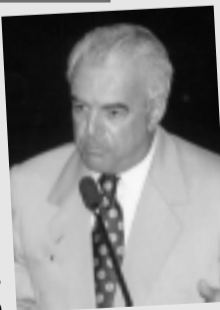
O senador Pedro Simon (PMDB) vai rerepresentar, a partir do dia 22, projetos de lei que considera essenciais à realização de uma reforma política no país. Ele defende mudanças na propaganda eleitoral e financiamento público das campanhas.



RIO GRANDE DO NORTE

Baixar os juros é essencial, afirma Bezerra

A economia brasileira precisa gerar um milhão de empregos por ano e manter os atuais, e isso só será possível com a queda da taxa de juros. O alerta é do senador Fernando Bezerra (PMDB), para quem o setor privado já chegou ao limite de sacrifício.



Senado recebe relatório sobre a devastação da Amazônia

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, entregou ontem à senadora Marina Silva e aos senadores Tião Viana e Edison Lobão relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostrando que cerca de 13,7% da superfície da região amazônica foram devastados até 1998. O ministro, que esteve também com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, explicou seus planos para reduzir o problema.

PÁGINA 2

Ministro do Meio Ambiente visita senadores

Levantamento do Inpe indicando a devastação de 13,7% da Amazônia foi apresentado aos parlamentares por Sarney Filho, que também pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoio à criação do "imposto verde"

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) avalia que, até o período 97/98, a devastação da região amazônica pode ter alcançado cerca de 13,7% da sua superfície. Os dados constam de relatório divulgado pelo instituto, apresentado na terça-feira à senadora Marina Silva (PT-AC) pelo ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Sarney Filho.

A senadora ouviu explicações do ministro sobre como sua pasta está trabalhando para diminuir o desflorestamento na Amazônia. Declarando-se "um ambientalista", Sarney Filho disse acreditar que os próximos relatórios do Inpe serão mais favoráveis, destacando a adoção de uma política de prevenção e antecipação de possíveis desastres ambientais, a ser implementada, conforme informou, "através de um rigoroso monitoramento florestal".

Marina Silva, que convidou vários representantes de entidades ambientais para participar da reunião, elogiou a atitude do ministro de comparecer ao Congresso para discutir o assunto. Para ela, a visita revela "uma verdadeira mudança de postura, que é bem-vinda, considerando-se que o Congresso tem a responsabilidade de discutir essas questões com a sociedade".

Analisando outros dados do relatório do Inpe, a senadora observou que houve diminuição de desflorestamento em vários estados, mas lamentou que isso tenha ocorrido "por causa da recessão econô-

mica e não por uma ação efetiva do governo federal em combater as degradações".

A possibilidade de que haja outro incêndio em Roraima também foi abordada pela senadora, dizendo que evitar que o desastre ecológico ocorra novamente será o grande desafio do ministério neste início de ano. O ministro reconheceu que ainda persistem os problemas que ocasionaram o incêndio em 98, mas disse que os focos de fogo estão sendo acompanhados diariamente.

O senador recém-empossado Tião Viana (PT-AC) também participou da discussão com Sarney Filho e sugeriu que o ministro utilizasse a mídia "para fomentar a educação ambiental e encorajar a sociedade a fazer esse debate".

Sarney Filho foi também ao gabinete do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quando apresentou ao senador detalhes das atividades do ministério no primeiro mês da sua gestão.

Sarney Filho aproveitou para pedir o apoio de Antonio Carlos à criação do imposto sobre a venda de gasolina, conhecido como "imposto verde". O ministro espera conseguir vincular cerca de 40% da arrecadação do tributo a ser criado ao orçamento do Ministério do Meio Ambiente.



Sarney Filho esteve nos gabinetes da senadora Marina Silva e do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

Heloísa Helena vê reunião com governadores como "falso recuo"

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que a proposta do presidente Fernando Henrique Cardoso de se encontrar com todos os governadores – inclusive os integrantes da frente de oposição – não passa de um "falso recuo". Segundo ela, essa proposta "nada mais é do que uma perspectiva de se fragilizar a oposição consequente no país".



Heloísa Helena acusa governo de tentar fragilizar a oposição

Ela estranhou a ênfase dada pelos jornais de ontem ao desbloqueio, pelo governo federal, dos repasses a seu estado, Alagoas, e o destaque conferido a uma declaração atribuída ao governador de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos – o Zeca do PT –, logo

após uma conversa deste com o presidente da República. Na declaração, o governador propôs o fim do bloco de governadores de oposição.

– É, com certeza, uma tática do presidente da República, que entende que agora não precisa apenas de sua base bajulatória ou de sustentação. Ele quer desarticlar um fórum extremamente importante. Como membro da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, vou defender a manutenção do fórum dos governadores de oposição e lutar para garantir a participação desses governadores em todas as circunstâncias que forem criadas – afirmou a senadora.

Nabor defende negociação

Ao comentar a reunião de ontem entre os governadores Anthony Garotinho (RJ), Olívio Dutra (RS) e Ronaldo Lessa (AL), e os ministros Pimenta da Veiga (Comunicações), Pedro Malan (Fazenda) e Waldeck Ornelas (Previdência), o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu uma saída negociada para o impasse entre a União e os governadores, na questão da dívida dos estados. Ele analisou o encontro como "uma pequena abertura" que deverá resultar em um encontro entre os governadores e o presidente Fernando



Nabor Júnior propôs uma conversa franca com os governadores

Henrique Cardoso.

– Acho que a melhor solução é a negociação, uma conversa franca e objetiva dos governadores com as autoridades federais, para que se possa encontrar uma saída que seja legal e ao mesmo tempo viável – afirmou.

Sobre as soluções que vêm sendo discutidas entre a União e os estados, Nabor Júnior disse que são muitas as possibilidades de modificação na Lei Kandir (que desonera exportações do ICMS) e no Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

PMDB tenta incluir Itamar, diz Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou natural a tentativa dos ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, da Justiça, Renan Calheiros, e do secretário de Políticas Regionais, Ovídio de Angelis, de intermediar um acordo entre o presidente Fernando Henrique e o governador Itamar Franco a respeito da dívida de Minas Gerais. "Eles são do PMDB e têm interesse em trazer Itamar Franco ao seio do governo", comentou. Antonio Carlos, no entanto, entende que o presidente deve encaminhar as discussões com os governadores pessoalmente.

Simon elogia reunião com ministros

Ao elogiar o encontro dos governadores do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Alagoas com os ministros da Previdência, da Fazenda e das Comunicações, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sustentou que a reunião indica o interesse do governo em buscar soluções práticas para a dívida dos estados.

Simon considerou o encontro com os ministros mais prático. Para ele, a reunião com o presidente "seria para tirar fotografia". Ou seja, o presidente receberia os governadores e em seguida proporia uma reunião com os ministros, já que antes de qualquer decisão seria necessário um debate entre eles e os governadores.

ACM pede redução rápida do IPI sobre automóveis

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apóia a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como forma de diminuir o preço dos automóveis, aumentar as vendas das montadoras e garantir empregos. Antonio Carlos tratou do assunto ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando também discutiram a renovação da frota nacional de veículos, a partir da concessão de incentivos aos proprietários de automóveis com mais de dez anos de uso:

– A redução do IPI é uma coisa boa. Quem primeiro propôs a medida foi o Luís Marinho (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista) e eu tenho lutado por isso. A renovação da frota também é uma boa medida, porém

mais demorada. A redução do IPI ajuda muito e é importante que se faça rápido. Existem hoje 120 mil veículos nos pátios das montadoras. A redução do imposto reduz os preços e aumenta as vendas. E significa dinheiro que entra nos cofres da União e que não vinha entrando – avaliou.

CONVITE

Antonio Carlos Magalhães foi convidado ontem, em audiência, pelo presidente da Fiat do Brasil, Roberto Vedovato, para participar das comemorações dos 100 anos da empresa, no dia 11 de julho, em Roma, Itália. Vedovato também informou a Antonio Carlos sobre iniciativas da Fiat para comemorar os 500 anos do descobrimento do Brasil, como o patrocínio de projetos na área educacional.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Suplicy propõe diálogo com governadores

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que por meio do diálogo político o governo federal poderá encontrar o entendimento com os governadores oposicionistas. Ele revelou que, no próximo dia 22, vai rerepresentar requerimento solicitando que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado convide todos os governadores para debater a situação dos estados.

O senador avalia que o presidente da República não deve recusar-se a receber os chefes dos executivos estaduais.



Eduardo Suplicy

– Não há por que deixar de acreditar que o presidente da República e os governadores, mesmo de oposição, ainda que possam ter divergências, não possam concordar sobre alguns pontos. Mas, para isso, é preciso sentar à mesa, é preciso que se reúnam, que o presidente resolva receber aqueles que foram eleitos diretamente pelo povo e que haja respeito mútuo. Ninguém é dono da verdade completa, mas conversando há que se entender – destacou.

Jucá diz que é “hora de fechar as torneiras”

Os estados devem pagar suas dívidas e se comprometer que ajustarão as suas contas para renegociarem suas dívidas com a União, opina o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

O senador entende que o Senado não deve aprovar novas operações de crédito envolvendo os estados até que a situação seja definida.



Romero Jucá

Para ele, o Senado, responsável por autorizar novos financiamentos para a União, estados e municípios, tem sido muito liberal, mas chegou a hora de “fechar as torneiras”. “O Senado tem que dar o exemplo”, afirmou.

Para ele, é inadmissível que os governos estaduais fiquem rolando suas dívidas indefinidamente. Ainda assim, as renegociações já feitas devem ser analisadas caso a caso, verificando-se a efetiva possibilidade de pagamento de cada estado.

Fogaça acha que estados nada ganham com fim da Lei Kandir

Segundo o senador, governos estaduais precisam demonstrar “ação substantiva” para superar os seus atuais problemas financeiros

A revogação da Lei Kandir, uma das principais reivindicações dos governadores no processo de renegociação das dívidas dos estados, irá, segundo avaliação do senador José Fogaça (PMDB-RS), aumentar muito pouco a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A Lei Kandir, que ganhou o nome do então ministro do Planejamento, Antônio Kandir, foi criada para estimular as exportações por meio da isenção do ICMS de produtos primários e semi-elaborados destinados ao mercado externo.

– O presidente pode até revogar a Lei Kandir, pois o incentivo à exportação já está sendo dado com a mudança no câmbio. Mas acho que isso em nada vai melhorar a arrecadação dos estados – disse Fogaça ontem.

Para Fogaça, a eventual revogação da lei demonstrará que os argumentos de perda de receita, utilizados pelos governadores para pedir a renegociação de suas dívidas, são improcedentes.

O senador também contesta a visão de que as altas taxas de juro praticadas durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso teriam comprometido as contas estaduais. Segun-



Para Fogaça, Olívio Dutra “não conseguirá o que está pedindo”

do Fogaça, os estados ficaram isentos dos juros incidentes sobre a dívida em 1996 e 1997.

O senador gaúcho acredita ainda que os governadores estão encaminhando a questão da renegociação da dívida erradamente. Segundo ele, a reivindicação dos estados deveria estar acompanhada por uma atitude positiva no sentido de eliminar “sumariamente” o déficit público em suas contas.

– Pedir e, ao mesmo tempo, não aceitar que fará o enxugamento das contas do estado é excluir-se automaticamente da discussão – afirmou.

Ao se referir ao chefe do Executivo do seu estado, o petista Olívio Dutra, o senador comentou: “Esse governador não conseguirá o que está pedindo”.

A interpretação de José Fogaça está baseada, segundo ele, no fato de que ainda não se observou “ação substantiva” dos novos governadores, com exceção do governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira (PSDB), em termos de mudar o perfil da atual relação entre receita e despesas.

O Senado tem, na opinião de Fogaça, os elementos necessários para fiscalizar as contas públicas estaduais, por meio da Resolução nº 78/98.

– A resolução é extremamente rigorosa com as contas estaduais. É preciso dizer isso com todas as letras. É preciso que se entenda que não é possível que as práticas antigas, de déficits permanentes, continuem – acrescentou, referindo-se à norma que estabelece as regras para autorização de operações de crédito pelo Senado Federal, aprovada em junho passado.

Hartung sugere a criação de *ranking*

Criar um sistema de *ranking* para estados e municípios, onde seria avaliada a situação de cada um, inclusive os riscos para a concessão de empréstimos, e estabelecidos mecanismos e regras para a liberação de créditos. É uma das sugestões que o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) faz para ampliar o debate travado entre os governadores empossados em janeiro e o governo federal sobre as dívidas estaduais.

– O que não pode prevalecer é a intransigência, pois ela não ajuda o país nesse momento. O Brasil está vivendo uma situação delicada e acho que o diálogo e a busca de soluções criativas para os diversos problemas que nós temos é que apontam na direção do futuro – comentou o senador.

Paulo Hartung adiantou que vai propor a rediscussão da Resolução nº 78 do Senado, que trata do endividamento dos estados e municípios. Nos termos atuais, ele considera que a resolução pune indiscriminadamente quem continua com as contas desajustadas, quem se endividou ao longo do tempo mas já fez seu ajuste e quem está equi-



Para Hartung, *ranking* deve mostrar a saúde financeira de estados e municípios

librando suas receitas e despesas.

Ao sugerir um novo debate sobre a Resolução nº 78, Hartung quer incluir mecanismos que beneficiem as unidades da Federação que estão se esforçando para equilibrar suas contas. Sua idéia é que a resolução deixe de ser um simples instrumento legal proibindo o crédito e passe a ser um estímulo para que estados e municípios venham a se ajustar.

REUNIÃO

Para Hartung, foi positiva a primeira reunião entre os governadores oposicionistas Anthony Garotinho (PDT-RJ), Olívio Dutra (PT-RS) e Ronaldo Lessa (PSB-AL) e os ministros Pimenta da Veiga (Comunicações), Pedro Malan (Fazenda) e Waldeck Ornelas (Previdência). Ele entende que a solução para o problema deve ser encontrada por meio do diálogo.

Na opinião do senador pelo Espírito Santo, os contratos de renegociação das dívidas assinados pelos governadores anteriores são vantajosos. Ele reforçou sua afirmação citando que o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, está reivindicando junto ao governo federal as mesmas condições dadas aos demais estados para negociar as dívidas.

– Isso mostra que as condições (prazo de 30 anos e juros menores que os praticados no mercado) são favoráveis. Defendo que os contratos em vigor sejam respeitados. A negociação deverá ser em torno da Lei Kandir e da questão da previdência dos inativos e aposentados dos estados – sugeriu Paulo Hartung.

Para Lobão, perdas não foram grandes

A perda de receita dos estados, principalmente em função da chamada Lei Kandir e do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), foi compensada pela União, na opinião do senador Edison Lobão (PFL-MA). A Lei Kandir isentou certas exportações do ICMS, que é estadual, e o FEF, criado por emenda constitucional, reduziu os repasses de Imposto de Renda ao Fundo de Participação dos Estados.

– A renegociação das dívidas estaduais por um prazo de 30 anos e a abertura de linha de crédito aos governos junto à Caixa Econômica Federal, também incluída na rolagem, são ganhos importantes para os estados. Não há só perdas – avalia Lobão.

Para o senador, porém, a retomada das conversas entre os governadores, principalmente da oposição, e o presidente Fernando Henrique Cardoso é “salutar e só pode fazer bem ao país”, por ser uma tradição democrática.

– O presidente da República deve ter tido suas razões para adiar o encontro, mas já concorda em receber os governadores. Desejo que algo de positivo resulte desse entendimento – afirmou Lobão, referindo-se ao cancelamento da reunião entre Fernando Henrique e três governadores da oposição que deveria ter se realizado na última terça-feira.

O papel do Senado na negociação entre estados e União também foi analisado por Lobão. Para ele, a Casa não deve autorizar novos empréstimos enquanto não houver nova posição, aguardando propostas do presidente da República.

– Se os estados se queixam de que não estão podendo pagar, como podem pedir novos empréstimos? – questionou o senador pelo Maranhão, em entrevista concedida ontem em seu gabinete.



Edison Lobão contesta a visão de que o governo FHC impôs perdas aos estados

RIO DE JANEIRO

Saturnino quer debater no Senado a crise dos estados

Os problemas envolvendo o endividamento dos estados com a União devem estar na pauta das prioridades do Senado para a legislatura que se inicia, na opinião do novo senador pelo Rio de Janeiro, Saturnino Braga (PSB).

– O Senado tem uma posição estratégica para tratar dos assuntos da Federação. No que se refere ao endividamento dos estados e seu relacionamento com a União, devemos tomar a iniciativa de propor o que se convencionou chamar de novo pacto federativo, baseado em uma reforma tributária que corrija as destinações de receitas aos estados e municípios – comenta.

Saturnino acha que a atual estrutura federativa inviabiliza a administração dos estados. Para ele, essa realidade ficou explícita no episódio da moratória de Minas Gerais.



Saturnino afirma que instabilidade dos estados afeta o governo federal

“É inviável o pagamento dessas dívidas. Os estados não têm condições de pagar e essa situação gera a ingovernabilidade em dois terços deles”, adverte. O senador fluminense confia, no entanto, em uma saída negociada para o problema.

– A disposição para renegociar

as dívidas tem que existir, porque a instabilidade dos estados afeta até o governo federal, que sabe disso e não tomou a iniciativa apenas para não demonstrar liberalidade excessiva com os governadores – afirma.

Saturnino defende a participação dos partidos de oposição na solução da atual crise econômica. “A oposição colabora, contanto que a fatura seja passada a quem realmente deve pagar”, afirmou, criticando as recentes medidas do ajuste fiscal que tributaram servidores da ativa e

aposentados. O senador sugere medidas de controle do fluxo cambial associadas à revisão de acordos comerciais para solucionar os atuais problemas financeiros do país.

– Devemos controlar o fluxo de capitais voláteis que leva o país à dependência. Além disso, defendo a renegociação do Brasil com a Organização Mundial do Comércio para restabelecermos defesas contra as importações avassaladoras. Iniciado o processo, acho que a oposição deve colaborar para o combate ao déficit, que deve ser a verdadeira âncora a sustentar o valor da moeda.

Político experiente, ocupando cargos eletivos desde 1962, Saturnino Braga não está preocupado com a apresentação de projetos neste início de mandato. Preten-



de dedicar-se à busca de soluções para a atual crise econômica.

– A gravidade da crise é grande e, por isso, me dedicarei em tempo integral ao debate e à costura de um pacto federativo – resalta.

RIO GRANDE DO SUL

Simon reapresentará seus projetos de reforma política

O senador Pedro Simon (PMDB) reapresentará, a partir do próximo dia 22, os projetos de lei que considera essenciais à realização de uma reforma política no país. Ele pretende alterar a Lei Orgânica dos Partidos Políticos nos artigos relativos à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, devendo modificar, ainda, as normas sobre financiamento de campanhas, e tornar mais rígidas as exigências para a criação de partidos políticos no Brasil.

Devido à exigüidade de tempo, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado não pôde apreciar a reforma política idealizada pela subcomissão por ela designada para tratar desse assunto no ano passado. Mas a CCJ assumiu o compromisso de examiná-

la neste ano e é por isso que Pedro Simon pretende reapresentar seus projetos no início da legislatura. No ano passado, uma de suas propostas, disciplinando a imunidade parlamentar, foi votada na Casa, aguardando agora deliberação na Câmara dos Deputados.

Pedro Simon entende que a raiz dos problemas brasileiros está na pouca legitimidade da atividade política. Em 1997, durante os debates em torno da lei eleitoral, ele sustentou que uma norma como essa não pode ser decidida de acordo com os interesses de cada parlamentar, mas conforme a transparência que deve presidir as eleições. Também defendeu a utilização de dinheiro público nas campanhas eleitorais, argumen-

tando que essa fórmula é muito mais econômica para o país que a utilização de recursos particulares, como ocorre atualmente.

Na análise de Pedro Simon, uma demonstração disso é que o escândalo resultante da atuação de Paulo César Farias nasceu na campanha eleitoral de Fernando Collor, visto ter ficado comprovado que as irregularidades praticadas depois daquela eleição tinham relação com dívidas contraídas na campanha.

Agora, iniciando-se a nova legislatura, a CCJ deverá retomar os projetos da reforma partidária, o que inclui algumas propostas de emenda constitucional que tiveram de ser enviadas ao arquivo no final da legislatura passada. A defesa dessa reforma



Simon pretende mudar propaganda eleitoral e financiamento das campanhas

política é, no entanto, apenas uma das metas do senador gaúcho nesta legislatura. Recém-empossado para mais oito anos de mandato, ele diz que lutará até o fim contra as desigualda-

des sociais existentes no Brasil. “Se puder diminuir essa distância entre os poucos que têm tudo e os muitos que não têm nada, eu me darei por satisfeito”, afirmou.

RIO GRANDE DO NORTE

Fernando Bezerra defende queda dos juros e geração de empregos

Pelos cálculos do senador Fernando Bezerra (PMDB), a economia brasileira precisa gerar pelo menos um milhão de empregos por ano, além de manter os atuais, para não cair em declínio. Para isso, o senador considera essencial a queda da taxa de juros, e lembra que não há mais espaço para sacrifícios do setor privado.

– O setor privado brasileiro já deu a sua cota de contribuição e agora esgotou. Exaurimos toda a nossa capacidade de sacrifício para que se organize novamente a economia nacional. Se as taxas de juros permanecerem nesse patamar, acho que será um ver-

Fernando Bezerra alerta que o setor privado chegou ao limite de sacrifício



dadeiro desastre para o setor privado e até para o setor público – afirmou. O senador entende que o Brasil che-

gou a essa situação por não ter feito o ajuste fiscal necessário ao enxugamento do déficit público. Ele

criticou o fato de o país ter mantido um câmbio artificial e juros muito altos, limitando, em consequência, o crescimento econômico e criando a pior taxa de desemprego dos últimos anos.

O senador também lamentou que a perspectiva para este ano não seja das melhores, observando que as medidas do ajuste fiscal votadas até agora foram aprovadas no meio da crise e não antes, como teria sido mais conveniente. Sua expectativa é a de que o Brasil terá uma queda do PIB e, consequentemente, redução na produção, aumentando mais ainda o desempre-

go.

Fernando Bezerra apóia medidas de austeridade nos gastos públicos, assim como uma reforma tributária, mas combate o simples aumento de impostos, por entender que isso desestimula o crescimento. Em sua opinião, o sistema tributário é um dos principais elementos do custo Brasil, por impor uma carga fiscal concentrada e mal distribuída.

– É um sistema complexo, iníquo, inibidor de investimentos e exportações e da própria atividade produtiva – entende o senador pelo Rio Grande do Norte.